



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CURSO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

ZAIRA ANTÔNIA ARAÚJO FERREIRA

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DOS PROFESSORES DE ALUNOS
AUTISTAS EM ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS NA CIDADE DE TERESINA-
PI**

TERESINA
2021

ZAIRA ANTÔNIA ARAÚJO FERREIRA

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DOS PROFESSORES DE ALUNOS
AUTISTAS NA ESCOLA PÚBLICAS E PRIVADAS NA CIDADE DE TERESINA-PI.**

Monografia exigida como Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Plena em Geografia, pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Luzineide Gomes Paula.

TERESINA
2021

ZAIRA ANTÔNIA ARAÚJO FERREIRA

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DOS PROFESSORES DE ALUNOS
AUTISTAS NA ESCOLA PÚBLICAS E PRIVADAS NA CIDADE DE TERESINA-PI.**

Monografia exigida como Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Plena em Geografia, pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Luzineide Gomes Paula.

Aprovado em _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Luzineide Gomes Paula
UESPI
Presidente/Orientadora

Prof.^a Dr^a. Maria Teresa Alencar
UESPI – Membro 1

Prof.^o Me. Werton Francisco da Paz Sobrinho
UESPI – Membro 2

Dedicado a minha família, meus pais, meu irmão e meu esposo, em especial ao meu tio Arcelino Francisco de Araújo (*In memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus pela oportunidade de vencer todos os obstáculos passados durante toda a graduação.

A minha família pelo apoio e paciencia, pela torcida e amizade.

Aos meus pais, Paulo Wilson Ferreira e Solange Araújo Ferreira, que foram incríveis, pela batalha de todos os dias, ao meu esposo pela parceria de sempre, pela força dada em todo o processo de construção do TCC.

Agradecer a profa. Maria Luzineide, minha orientadora, não só no trabalho de conclusão de curso como de vida, minha gratidão, por sempre estar perto me aconselhado e levantando sempre que tinha obstaculos.

A professora Maria Teresa de Alencar e a professora Neuza Farias, por todo apoio, pela força em todos os momentos.

Aos professores que me ajudaram com toda a paciência na resolução do questionário para a finalização do TCC.

Aos meus colegas de classe, que contribuíram bastante na conclusão do curso, meu muito obrigada.

RESUMO

A educação inclusiva é um processo, que ao longo dos anos tem sido bastante discutido e o autismo é um assunto novo, bastante relevante e está ganhando espaço na nova realidade escolar. A Geografia, com a inovação e a multidisciplinaridade pode se tornar um aliado, trazendo estratégias, com a finalidade de promover a inclusão dos alunos com autismo. A realização desse estudo sobre o transtorno do espectro autista surgiu a partir da necessidade vivenciada em sala de aula do ensino fundamental devido aos primeiros contatos com estudantes com autismo, decorrentes do trabalho docente. Com isso, veio a curiosidade sobre como o professor de geografia atua sua prática docente com alunos autistas? Qual a participação da escola na educação inclusiva? E como se dá o processo de ensino da Geografia em sala de aula para alunos autistas? A pesquisa tem o intuito de conhecer o processo e ensino aprendizagem de Geografia, a partir da prática de professores de alunos autistas na cidade de Teresina- PI. Caracterizar os pressupostos teórico-metodológicos e comportamentais do processo de ensino- aprendizagem de alunos autistas a partir de revisão bibliográfica; descrever quais são os recursos didáticos utilizados pelo professor de Geografia em sala de aula com alunos autistas; verificar como se dá a aplicação da lei brasileira de inclusão na prática dos docentes participantes da pesquisa e sugerir estratégias pedagógicas de ensino da Geografia escolar na perspectiva de aprendizagem dos estudantes autistas. Quanto a metodologia, a pesquisa é quali-quantitativa, de cunho exploratório com levantamentos bibliográficos, questionários com pessoas que tiveram ou ainda têm experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem o entendimento sobre o assunto abordado na pesquisa. A análise de dados mostrou a dificuldade que os professores encontram ao trabalhar com alunos autistas. Por fim, essa pesquisa vem com a finalidade de mostrar o que é educação inclusiva, trazer um entendimento sobre o autismo e as estratégias de ensino da Geografia e as bases legais que garantem a inclusão dos alunos autistas nos ambientes escolares. Entendeu-se que há necessidade de uma compreensão maior acerca do transtorno e, neste sentido, os professores assim como a escolas devem estar atentas as estratégias de ensino e amadurecer a ideia de inclusão desses alunos.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Geografia. Autismo.

ABSTRACT

Inclusive education is a process that over the years has been widely discussed and autism is a new, very relevant subject and is gaining ground in the new school reality. Geography, with innovation and multidisciplinarity, can become an ally, bringing strategies in order to promote the inclusion of students with autism. The realization of this study on the autism spectrum disorder arose from the need experienced in the elementary school classroom due to the first contacts with students with autism, resulting from the teaching work. With that, came the curiosity about how the geography teacher acts his teaching practice with autistic students? What is the school's participation in inclusive education? And how is the process of teaching Geography in the classroom for autistic students? The research aims to know the process and teaching and learning of Geography, from the practice of teachers of autistic students in the city of Teresina-PI. To characterize the theoretical-methodological and behavioral assumptions of the teaching-learning process of autistic students based on a bibliographic review; describe the teaching resources used by the Geography teacher in the classroom with autistic students; to verify how the Brazilian law of inclusion is applied in the practice of the teachers participating in the research and to suggest pedagogical strategies for teaching school Geography from the perspective of learning for autistic students. As for the methodology, the research is qualitative-quantitative, exploratory with bibliographic surveys, questionnaires with people who had or still have practical experiences with the researched problem and analysis of examples that stimulate the understanding of the subject addressed in the research. Data analysis showed the difficulty that teachers find when working with autistic students. Finally, this research comes with the purpose of showing what inclusive education is, bringing an understanding of autism and the teaching strategies of Geography and the legal bases that guarantee the inclusion of autistic students in school environments. It was understood that there is a need for a greater understanding of the disorder and, in this sense, teachers as well as schools must be aware of teaching strategies and mature the idea of inclusion of these students.

Keywords: Inclusive education. Geography. Autism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DOS PROFESSORES DE ALUNOS AUTISTAS, EM ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS NA CIDADE DE TERESINA-PI.....	11
2.1 O autismo e suas bases teóricas	11
2.2 Educação Inclusiva.....	13
2.3 O ensino de Geografia para os alunos autistas	14
2.4 A formação do professor na educação para alunos autistas.....	16
2.5 Estratégias de ensino de geografia para alunos autistas.....	18
2.5.1 A inclusão de alunos autistas em gincanas geográficas.....	20
2. 6 Bases legais para a educação inclusiva e para os autistas.....	20
3 RESULTADOS DA PESQUISA	24
3.1 Entrevista com os sujeitos.....	24
CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS	31
APENDICE I - QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES:	35
APENDICE II - LISTA DE GRÁFICOS	36
APENDICE III - LISTA DE QUADROS.....	37

1 INTRODUÇÃO

O ensino de geografia para alunos com autismo é um assunto novo que precisa ser colocado em prática, e a inclusão é um processo que desafia as áreas de ensino. O autismo é discutido frequentemente, pois a presença de alunos autistas é uma realidade nas escolas e é preciso haver algumas adaptações favoráveis a inclusão desses aprendizes.

Existem dificuldades para colocar em prática o processo de inclusão dos alunos especiais que estão com a comunicação diferenciada e, por vezes, esse aspecto não é levado em consideração tanto pela coordenação da escola como pelos próprios professores. Faz-se necessário pesquisas e análises metodológicas que auxiliem no processo de ensino da Geografia.

A inspiração para a realização do estudo do transtorno autista surgiu a partir da vivência em sala de aula do ensino fundamental, com os primeiros contatos com estudantes com autismo. Por haver uma necessidade de compreensão maior acerca do transtorno e, neste sentido, os professores assim como as escolas devem estar atentas às estratégias, que precisam desenvolver, a fim de promover a inclusão dos alunos. O receio quanto à prática inclusiva gera um sentimento de aflição e [e comum afirmações de que não há preparo suficiente, propiciando uma armadura contra a possibilidade de inovação em suas práticas de ensino.

A Geografia em sua abordagem de ensino tem muito a contribuir, pois implica na construção de saberes essenciais ao desenvolvimento de habilidades do ser pois contempla uma multiplicidade de conhecimentos e conteúdos relativos à realidade.

Foi norteada pelos seguintes problemas como o professor atua sua prática docente com alunos autista? Qual a participação da escola na educação inclusiva? Como se dá o processo de ensino da geografia na prática de professores de alunos autistas?

O objetivo geral foi conhecer sobre o processo de ensino aprendizagem de Geografia a partir da prática de professores de alunos autistas e os específicos caracterizar os pressupostos teórico-metodológicos e comportamentais do processo de ensino aprendizagem de alunos autistas.

Com a revisão bibliográfica intentou-se descrever quais são os recursos didáticos utilizados pelo professor de Geografia em sala de aula para alunos autistas, verificar como se dá a aplicação da lei brasileira de inclusão, na prática dos docentes participantes da pesquisa e, por fim, sugerir estratégias pedagógicas de ensino da Geografia escolar na perspectiva de aprendizagem dos estudantes autistas.

A pesquisa tem caráter exploratório com levantamentos bibliográficos de autores que

colaboram com pesquisas da geografia para a educação inclusiva. Com análises documentais como BNCC, PCN's, LBI e LDB.

A coleta de dados foi realizada com formulários digitais via *Whatsapp* com 8 sujeitos e, para preservar a identidade dos participantes, adotou-se nomeá-las de sujeitos A, B, C, D, E, F, G, H, os quais estão divididos em 5 escolas públicas e 3 escolas privadas.

A pesquisa está dividida em 4 seções? introdução, fundamentação teórica, a prática do ensino de geografia para alunos autistas e conclusão. Por fim, nas referências bibliográficas apresentamos os textos que ajudaram para a complementação para o desenvolvimento da pesquisa e base para o estudo, finalizando o trabalho com os apêndices do que foi usado para a coleta de dados.

2 O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DOS PROFESSORES DE ALUNOS 2 AUTISTAS, EM ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS NA CIDADE DE TERESINA-PI

Este capítulo trará uma abordagem acerca do autismo, algumas questões teóricas, assim como uma contextualização da inclusão e do ensino de Geografia nas escolas de ensino fundamental.

2.1 O autismo e suas bases teóricas

O termo autismo origina-se do Grego *aūtos* que significa “de si mesmo”. É um transtorno global do desenvolvimento também chamado de transtorno do espectro autista, caracterizado por alterações na comunicação, na interação social, no comportamento da criança e na falta de reciprocidade da parte afetiva, que começam a ser vistas antes dos três anos de idade e com mais frequência de ocorrer com crianças do sexo masculino. O autismo é uma condição que influí no comportamento das crianças até a vida adulta seja ele cognitivo, linguístico, sensório-motor, sob as perspectivas biológicas e o convívio social que afeta seu desempenho de aprendizagem, comunicação e comportamento.

O transtorno do espectro autista refere a um distúrbio de ordem neurológica, caracterizado por um conjunto de alterações comportamentais com início precoce, curso crônico e impacto certo, porém variável, em diversas áreas do desenvolvimento humano. O transtorno afeta o desenvolvimento do indivíduo ao longo da vida (DUARTE; SILVA; VELOSO, 2018, p. 5). Segundo Marinho e Merkle (2009) a definição do autismo teve início na primeira descrição dada por Leo Kanner, em 1943, na revista *nervous children*, (n 2, p 217-250).

Kanner (1943) ressalta que o sintoma fundamental, “o isolamento autístico”, estava presente na criança desde o início da vida sugerindo que se tratava então de um distúrbio inato. Nela descreveu os casos de onze crianças que tinham em comum um isolamento extremo desde o início da vida e um anseio obsessivo pela preservação da rotina, denominando-as de “autistas”.

Logo depois, outro pesquisador, Hans Asperger (1944), ampliou as descrições e características antes realizadas por Kanner, (1943), o qual, segundo Bosa (2002, p.25), explica que, com relação a Asperger:

[...] A questão da qualidade das crianças que observava em fixar o olhar durante situações sociais, mas também fez ressalvas quanto a presença de

olhar periférico breve; chamou a atenção para as peculiaridades dos gestos-carentes de significados e caracterizados por estereotipias e da fala a qual podia apresentar-se sem problemas de gramática e com vocabulário variado, porém monótono.

Antigamente, Kanner chamava de distúrbio autístico do contato afetivo, e Asperger utilizava o termo psicopatia autística. Porém, Kanner e Asperger começaram a utilizar o termo autístico. Segundo Bosa (2002, p.26) evidencia:

[...] Tanto Kanner quanto Asperger empregaram termo para chamar a atenção sobre a qualidade do comportamento social que perpassa a simples questão de isolamento físico, timidez ou rejeição do contato humano, mas caracteriza-se, sobretudo pela dificuldade em manter contato afetivo com outros de modo espontâneo e recíproco.

Melo (2007, p.16) descreve o autismo como um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação.

O autismo não se constitui uma doença, mas um transtorno neurológico que se enquadra no grupo denominado transtorno global do desenvolvimento, cujas características principais se manifestam até os três anos de idade, alterando o desenvolvimento da criança e persistindo ao longo de toda a sua vida, sendo possível chegar a um diagnóstico de transtorno do espectro do autismo após os três anos de idade. (BELISÁRIO FILHO; CUNHA, 2010).

Segundo APA-1987, foram introduzidas mudanças radicais no conceito do autismo no DSM-III-R, que denota um conceito mais abrangente deste transtorno sendo incluído ainda, que haveria prejuízo em três domínios, e para cada um foram estabelecidos critérios específicos:

- Prejuízo qualitativo na interação social recíproca;
- Prejuízo social na comunicação verbal e não verbal e nos jogos imaginativos;
- Repertório restrito de atividades e interesses.

Depois surgiu o DSM-IV que, conforme Tamanaha, Perissinoto e Brasília (2008, p. 208), no CID-10 os transtornos globais do desenvolvimento são classificados como um grupo de alterações qualitativas, na interação social e modalidades de comunicação e por repertório de interesses e atividades restritas e estereotipadas. No DSM-IV, tanto no autismo infantil como em subcategorias dos transtornos globais de desenvolvimento.

Segundo Melo (2007), a avaliação deve ser realizada por um podendo ser um médico neuropediatra ou um psiquiatra especializado na área do autismo. Com isso, surgiram modificações no ensino, nas instituições, métodos de terapias, provocando impacto na sociedade e nos programas de modificação comportamental que pudessem incluir os autistas tanto nas escolas, como também no mercado de trabalho. A partir desses programas de intervenção aumentaram as pesquisas e as práticas de inclusão deixando esse assunto mais aberto e dando melhoria à vida de crianças autistas.

2.2 Educação Inclusiva

As crianças com autismo são capazes de se desenvolver assim como as crianças típicas, mas para isso é necessária uma atenção especial, auxílio dentro e fora do ambiente escolar, o que se torna um novo conceito de educação e o “novo” sempre assusta. É preciso pensar que deve haver mudanças de comportamento, ensino e valores, transformando a inclusão em uma realidade, colocando em prática algumas metodologias que ajudem no modo de agir da escola e do professor.

[...] A lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB)- datada em dezembro de 1996- pretende-se estabelecer um modelo de educação especial/ inclusiva, em que todos os educandos poderão usufruir de um processo de ensino e aprendizagem que atenda suas necessidades educacionais. Assim, argumentos na lei que sustentam a hipótese são contemplados, tais como: infraestrutura e recursos humanos adequados para as necessidades educacionais especiais. (ALMEIDA DE SAMPAIO, 2009, grifos do autor).

Numa volta na história da educação especial verifica-se que a busca pela científicidade, a partir do século XX, priorizou a deficiência e a excepcionalidade em detrimento do processo educativo. Calcada em tendências que viam a anormalidade como a totalidade do indivíduo, a busca se voltou para o conhecimento específico sobre as características próprias ou geradas pela anormalidade. Isto é, para se conhecer a criança deficiente seria suficiente que se aprofundasse no estudo da deficiência em si e nas manifestações decorrentes dessa diferença em relação aos demais (MANTOAN, 2001).

A educação inclusiva vem sendo um processo colocado em prática no Brasil e, segundo Mantoan (2006), a inclusão é uma inovação que implica em um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.

De acordo com a Declaração da Salamanca o princípio fundamental da escola inclusiva é o que de todas as crianças devem aprender juntas sempre que possível, independentemente de qualquer dificuldade ou diferença que elas possam apresentar. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, através de um currículo apropriado arranjos organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parcerias com as comunidades. (DECLARAÇÃO DA SALAMANCA, 1994).

A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes (SASSAKI, 1998, p.8).

Incluir não é só integrar [...] Não é estar dentro de uma sala onde a inexistência de conscientização de valores e a aceitação não existem. É aceitar integralmente e incondicionalmente as diferenças de todos, em uma valorização do ser enquanto semelhante a nós com igualdade de direitos e oportunidades. É mais do que desenvolver comportamentos é uma questão de conscientização e de atitudes (CAVACO, 2014, p.31).

Cavaco (2014, P.36) afirma ainda que: “Incluir é aceitar, é sentir a educação além do contexto físico do espaço, sala ou escola, uma forma de estar e de ser dos pais, dos docentes e não docentes, das escolas, da sociedade e do mundo em geral. Isto é inclusão”.

É necessário entender, incluir e acolher cada aluno com suas particularidades. Cada pessoa tem uma característica diferente, uma opinião, traços, a forma de aprendizagem (uns conseguem aprender com a leitura, outros precisam da escrita para compreender melhor a matéria), o tempo de aprendizagem não é igual para todas as crianças e por que não adotar as necessidades especiais na rotina da escola e principalmente das salas de aula, visto que não adaptar ou não aceitar é considerado crime?

2.3 O ensino de Geografia para os alunos autistas

Para trabalhar com alunos autistas, é necessário pesquisar, aulas com mais criatividade, menos monotonia, eles se interessam por jogos educativos que desafiam e questionam. É preciso ter mudança no tom de voz, na linguagem fazendo com que o aluno se sinta confortável na relação entre o aluno e o professor. Com relação à dificuldade de comunicação também é preciso mudança na linguagem, é importante criar formas para transmitir uma mensagem verbal ou não verbal.

Por ser um transtorno que afeta habilidades relacionadas à comunicação, à imaginação e à intuição educacional no ensino regular, do indivíduo atípico, é na maioria das vezes encaradas pela comunidade escolar como um problema, chegando até mesmo a ter sua validade questionada ou contestada. Por muitas vezes, o aluno com diagnóstico de autismo procura isolamento; alguns não procuram espontaneamente o contato social, mas aceitam ser procurados sem oferecer resistência. Outros procuram o contato social de forma inadequada e unilateral, não compreendendo as regras mais sutis da interação social e apresentando falta de compreensão das emoções alheias (SCHWARTZMAN; ARAÚJO, 2011).

Segundo a BNCC, na linguagem de um autista pode, por vezes, surgir palavras complexas, memorizadas do ambiente que o rodeia. Essas palavras podem surgir de diversas fontes, no entanto o seu significado e compreensão é estranho a um autista, este apenas se diz como resposta. Isto é chamada ecolalia que tem sido considerada como “porta de entrada” da criança na linguagem.

No Brasil dos anos de 1980, o movimento de renovação de geografia de pensamento crítico, pautado no materialismo histórico de concepção dialética, trouxe em seu bojo uma análise crítica do espaço geográfico. Com denominação de geografia crítica, contrapôs as demais correntes de pensamento da geografia tradicional, de método positivista, a geografia teórica de método neopositivista e a geografia da percepção também chamada de geografia humanística, pautadas na fenomenologia. Criticava-se o método, os vínculos políticos e ideológicos (PARANÁ, 2008).

Para Cavalcanti (1998), a geografia como era ensinada não atraía os alunos, não havia uma consciência da importância dos conteúdos ensinados por essa matéria, o saber por ela vinculado era inútil e sem significado para os alunos. Sendo assim, esse saber servia a projetos políticos de formar um sentimento de patriotismo acrílico, estático e naturalizante [...] Para superar as dificuldades detectadas no ensino de geografia, novos caminhos eram propostos.

Nesse contexto ampliaram-se os debates e os questionamentos sobre o significado do ensino de geografia, com orientações para que os conteúdos dessa disciplina se desenvolvessem de forma vinculada a uma reflexão pedagógica, que avistasse o aluno como sujeito de sua aprendizagem. A geografia assumiu então o papel de denunciar as contradições impostas pelo modo de produção capitalista vigente. Buscavam-se novos caminhos, novas linguagens e maior liberdade de reflexão e criação, questionava-se o método e o significado da geografia (MORAES, 1995).

Atendendo a exigências internacionais, em 1996 é promulgada a lei de diretrizes e bases da educação nacional- LDB- 9.394/96 e em 1998, o ministério da educação divulga os

parâmetros curriculares nacionais (PCN's) e as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Nesse documento encontram-se as orientações para o ensino de geografia na atualidade. A geografia passa a ser compreendida como “[...] uma área de conhecimento comprometida em tornar o mundo comprehensível para os alunos, explicável e passível de transformações”.

Do ponto de vista de Zannatta (2010) essa geografia apresentada nos PCN dá ao professor possibilidades de trabalhar modos alternativos e mais autônomos. Na prática, não exige um vínculo explícito com a orientação da proposta oficial. Mesmo apresentando hibridismo de concepções teórico-metodológicas.

Desse modo, a nova realidade da Geografia escolar fez com que as aulas se diversificassem de uma maneira que possa deixar as aulas mais interessantes, com mais estratégias, materiais que fazem com que os alunos se interessem pela matéria e tenham mais vontade de aprender.

A geografia tem o poder de integrar os alunos de forma que não perceba a diferença com aulas lúdicas, jogos, filmes, desenhos, aulas de campo. A geografia permite que o professor possa articular e promover questões que acontecem no dia a dia, fazendo com que o aluno comece a pensar, a procurar formas de como acontece tais fenômenos colocando em prática a didática e o conhecimento geográfico dando inicio a uma nova forma de ensinar geografia promovendo a inclusão.

2.4 A formação do professor na educação para alunos autistas

O professor tem o papel mais importante no meio do processo de inclusão, tendo que estar preparado para as mudanças do novo cenário para o qual a educação está caminhando, aprendendo a lidar com os desafios que a nova realidade da geografia escolar propõe.

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. “O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais” (MANTOAN, 2003, p. 19).

Segundo Libâneo (2012, p. 489), o currículo é a concretização, a viabilização das intenções expressar no projeto pedagógico e há muitas definições de currículo: conjunto de disciplinas, resultados de aprendizagem pretendida, experiências que devem ser proporcionadas aos estudantes, princípios orientadores da prática, seleção e organização da cultura.

Não há como falar em inclusão sem mencionar o papel do professor. É necessário que ele tenha condições de trabalhar com a inclusão e na inclusão. Será infrutífero para o educador aprender sobre as dificuldades de aprendizagem e modos de intervenção psicopedagógica se não conseguir incluir o aluno. (CUNHA 2014, P.101).

Para Almeida e Sampaio (2009, p.9), particularmente ao ser abordado o ensino da geografia, sob a ótica da inclusão social, no inicio do século XXI, coloca-se como questão principal o (dês) preparo do (a) professor (a) de geografia, na medida em que se deve considerar que esse profissional tem, apesar de suas limitações, grande potencial em se tornar o (a) educador (a) a fazer a diferença no processo de inclusão social, pois a geografia (seja como ciência ou disciplina escolar) possui atrativos que dão possibilidades de desenvolvimento de trabalhos/projetos pedagógicos capazes de despertar o interesse de educando de diferentes idades, bem como condições cognitivas e econômicas.

De acordo com Bibiano (2011), gestores preocupados com a questão da inclusão buscam recursos e pessoal de apoio para melhorar as condições de trabalho dos professores, de forma a atuar em parceria com atendimento educacional especializado (AEE), além dos diferentes recursos tecnológicos que contribuem para o desempenho dos alunos na aprendizagem.

Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, MEC/SEESP, 2007).

É preciso se adaptar à sala de aula os sistemas de ensino devem criar escolas e capacitar os professores para que saibam conviver e oferecer a todos uma forma de desenvolvimento que se encaixe em cada particularidade dos alunos. A geografia escolar tem esse poder de colocar todos os alunos trabalhando juntos e de forma que eles nem percebam as diferenças com várias estratégias como jogos, aulas de campo dentre outros. Segundo os parâmetros curriculares, a inclusão educacional escolar, no Brasil, é uma ação política, cultural, social e pedagógica que visa garantir o direito de todos os alunos de estarem juntos aprendendo e participando (Brasil, 2007).

Mesmo a inclusão sendo um direito, garantida por lei, a LDB de 1996, não é uma tarefa fácil promover projetos, as capacitações e formação para a área de educação especial esta longe

de ser colocado em prática, colaborando para o fracasso escolar dentro das matrizes da educação inclusiva e dificultando a inserção de alunos autistas nas salas de aulas.

A geografia é uma grande aliada na educação inclusiva por ter essa diversificação de metodologias de ensino. Compreendendo os assuntos trabalhados nela de maneira lúdica que respeita a singularidade do aluno. Cabendo ao professor e as escolas procurarem formas de inserir a criança com deficiências na sala de aula regular sem que ela tenha prejuízos em seu desenvolvimento.

2.5 Estratégias de ensino de geografia para alunos autistas

Quanto mais cedo a criança com TGD (transtorno Global de Desenvolvimento) puder entender o que acontece diariamente na escola, mais familiar e possível de ser reconhecida se tornará para ela a vivência escolar, tornando as primeiras manifestações da criança progressivamente menos frequente (BELISARIO, 2010, p.23).

Segundo Lira (2004), trabalhar com a educação voltada para o aluno autista é um desafio para as escolas, principalmente para os professores, uma vez que eles não podem adotar um sistema de aprendizagem metódico, com base em metodologias prontas e conservadoras. O professor precisa analisar diferenciadamente a sua prática em sala, ter atenção à emissão de sons e gestos do aluno autista, pois esta é a linguagem utilizada por ele. A geografia tem como característica a dinamicidade com técnicas de ensino que tem como objetivo uma fácil compreensão. O aluno autista tem dificuldade para entender de forma monótona com textos e resolução de atividades, o uso de materiais pedagógicos adaptados, o uso de imagens que representam o conteúdo trabalhado e o uso de jogos educativos e outros aplicativos que tem o intuito de ensinar como, por exemplo, o Google Earth.

A nova realidade da geografia proporciona espaço para a inclusão já que as aulas que trabalham com a criatividade são mais comuns, a construção de materiais com cola 3D, tintas de solo, mapas com quebra cabeça, jogos da memória que fazem com que o aluno autista participe mais das aulas e tenha um resultado eficaz.

Conforme Camargo (2002), devem existir intervenções pedagógicas dentro da escola e essas intervenções apresentam-se através de um estudo que abrange a análise do diagnóstico e dos relatórios psiquiátricos, psicológicos, neurológicos, pedagógicos e sociais, após o estudo das peculiaridades da criança, que primeiro passam por essa intervenção é tentar direcionar sua atenção e assim apresenta algumas estratégias que podem ser utilizadas:

- Intervir no sentido de interromper o alheamento e os comportamentos estereotipados;

- Estimular as percepções sensoriais;
- Procurar despertar interesse para seu próprio corpo;
- Provocar a focalização do olhar;
- Aprofundar interações;
- Proporcionar sucesso no crescimento gradativo;
- Favorecer o desenvolvimento do autocontrole.

Segundo Mello (2005), há três tipos de métodos que são utilizados para aprendizagem: o método TEACCH (tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios correlatos da comunicação); O método ABA (análise aplicada do comportamento) e o método PECS (sistema de comunicação através da troca de figuras).

O método TEACCH se baseia na organização do ambiente físico através de rotinas organizadas em quadros, painéis ou agendas e sistemas de trabalho, de forma a adaptar o ambiente para tornar mais fácil para a criança compreende-lo, assim como compreender o que se espera dela. Através da organização do ambiente e das tarefas da criança, o TEACCH visa desenvolver a independência da criança de modo que ela necessite do professor para o aprendizado, mas que possa também passar grande parte de seu tempo ocupando-se de forma independente (MELLO, 2005, p. 28).

O tratamento comportamental analítico do autismo visa ensinar à criança habilidades que ela não possui, por etapas. Cada habilidade é ensinada, em geral, em esquema individual inicialmente apresentando-a associada a uma indicação ou instrução. Quando necessário, é oferecido algum apoio, como por exemplo, apoio físico, que deverá ser retirado tão logo seja possível para não tornar a criança dependente dele. A resposta adequada da criança tem como consequência a ocorrência de algo agradável para ela, o que na prática é uma recompensa. Quando a recompensa é utilizada de forma consistente a criança tende a repetir a mesma resposta. (MELLO, 2009, p. 27).

A PECS foi desenvolvida para ajudar crianças e adultos autistas e com outros distúrbios de desenvolvimento a adquirir habilidades de comunicação. O sistema é utilizado primeiramente com indivíduos que não se comunicam ou que possuem comunicação, mas a utilizam com baixa eficiência. O nome PECS significa “sistema de comunicação através da troca de figuras”, e sua implementação consiste basicamente, na aplicação de uma sequência de seis passos. (MELLO, 2005, p.31).

A comunicação é imprescindível para o professor se conectar com o aluno e a geografia tem como característica refletir sobre a realidade mediante as relações entre o homem e a natureza que podem ser usadas jogos da memória em que uma imagem identifica o espaço com a intervenção do homem e sem a intervenção causando interação com a turma. Com o uso de maquetes podemos trabalhar o que é paisagem, território, lugar e região organizando grupos em que possa ter conversa entre os alunos, mostrando vídeos como exemplo e sempre fazendo com que o aluno autista entre em contato com os trabalhos e consequentemente com a geografia.

2.5.1 A inclusão de alunos autistas em gincanas geográficas

A palavra lúdica vem do latim *ludus* e significa brincar. Neste brincar estão incluídos jogos, brinquedos e divertimento e é relativo também à conduta daquele que joga e se diverte. Por sua vez, a função educativa do jogo oportuniza a aprendizagem do indivíduo, seu sabor, seu conhecimento e sua compreensão do mundo. (SANTOS, 1997, p.9).

É notório que a matéria de geografia seja criativa e comunicativa entre aluno e professor. Criativa porque ela pode utilizar maquetes, vídeos, cartazes e nessas atividades a comunicação e o vínculo entre aluno e professor tende a aumentar, fazendo com que a aula seja bem proveitosa.

Segundo Piaget, “a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança”. (...) o jogo é, portanto, sob as suas duas formas essenciais de exercício sensório-motor e de simbolismo, uma assimilação da real á atividade própria, fornecendo a esta seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu. Por isso, os métodos ativos de educação das crianças exigem a todos que se forneça ás crianças um material conveniente, a fim de que jogando elas cheguem a assimilar as realidades intelectuais que, sem isso, permanecem exteriores á inteligência infantil.

Antes que aplique a atividade é necessária que o professor verifique o que vai contribuir com aquela matéria e se aquele jogo inclui o aluno autista, ao contrário disso a inclusão não será feita com sucesso.

2.6 Bases legais para a educação inclusiva e para os autistas

A lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), nº 9394/96 no capítulo V da educação especial, torna-se necessária e urgente a conscientização de inspetores e administradores escolares, supervisores, coordenadores pedagógicos e principalmente professores que assumam a responsabilidade quando a presença de alunos com deficiências na

sala de aula, assumirem o papel de educador e desenvolver uma educação onde todos deverão ser beneficiados com o resultado desta ação voltada para a aprendizagem de todos.

Conforme Souza (2007), a declaração de Salamanca (1994), como um dos resultados da referida conferencia, enfatizou que era preciso repensar as políticas publicas de formação do professor para atender a todos os alunos, inclusive os com deficiência, declarados como alunos com necessidades educacionais especiais, tendo em vista combater atitudes discriminatórias, garantindo que todas as escolas comuns oferecessem o ingresso e a melhor qualidade de ensino para todos os alunos independente e incondicionalmente, atendendo, mediante possibilidades únicas de aprendizagem (Souza, 2007).

Em 2008 a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva é um documento que traça o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil para embasar “políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos”.

De acordo com o decreto nº 6.571 dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE) na educação básica e o define como “o conjunto de atividades recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”.

De acordo com a lei Berenice Piana, no art. 1º é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I e II:

- I. Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolvimento e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
- II. Padrões restritos e repetitivos de comportamentos interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizado interesses restritivos e fixos;

No 2º art. a legislação se preocupou com a caracterização do autismo para diagnóstico precoce, no art. 3º focado nos direitos da pessoa com TEA, não será submetida a tratamento desumano ou degradante, nem será privada de se liberar do convívio familiar ou discriminada de qualquer forma em razão de sua deficiência. No 5º veda os planos privados de assistência à saúde a negarem a adesão de pessoas com o TEA.

Segundo a resolução nº 4 CNE/CEB em 2019, foca em orientar o estabelecimento do atendimento educacional especializado (AEE) na educação básica, que deve ser realizado no contraturno e preferencialmente nas chamadas salas de recursos multifuncionais das escolas regulares.

Em 2014 o plano nacional de educação (PNE), como explicado anteriormente é a número quatro. Sua redação é “Universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso á educação básica e ao atendimento educacional especializado. Preferencialmente na rede regular de ensino com a garantia de sistema educacional inclusivo de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados públicos ou conveniados”.

As políticas de inclusão, o ministério da educação teve grande importância para complementação e suplementação de educação de crianças com necessidades especiais. Conforme previsto no inciso V do artigo 8º da resolução CNE/CEB nº 2/2001 (BRASIL, 2001, p. 72): “Serviços de apoio pedagógicos especializado em salas de recursos, nos quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos”. E assim foram intitulados direitos que crianças com necessidades especiais precisam.

A lei brasileira de inclusão (LBI)- lei 13.146/ 2015 (Brasil, 2015) determina que o sistema e as unidades de ensino proporcionar condições aos professores de classe comum para explorar e estimular as potencialidades de todos os alunos a partir de uma pedagogia dialógica, interativa, interdisciplinar e inclusiva.

A BNCC (Brasil, 2017) estabelece a geografia escolar como de extrema relevância para a vida social e pessoal do aluno com autismo, uma vez que esses sujeitos costumam apresentar dificuldades relacionadas às noções de sequenciação, identificação de semelhanças e diferenças, habilidades de observação, organização, deslocamento em relação ao meio e localização em relação ás regras escolares e sociais.

Com base da Organização Mundial de Saúde (OMS), a partir de janeiro de 2022, em todo o mundo a CID que classifica o transtorno do espectro autista, passará de CID-10- F-84 para CID-11 na qual o TEA será identificado pelo código 6AO2 em que o autismo infantil, síndrome de Asperger e síndrome de Rett antes tinham códigos diferentes. Agora, com o CID-11, todos fazem parte do Transtorno do Espectro Autista. Seguindo as seguintes classificações:

- 6AO2- Transtorno do Espectro do Autismo (TEA);
- 6AO2.0- Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional;

- 6AO2.1- Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional;
- 6AO2.2- Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada;
- 6AO2.3- Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada;
- 6AO2.4- Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional;
- 6AO2.5- Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional;
- 6AO2.Y- Outro Transtorno do Espectro do Autismo especificado;
- 6AO2.Z- Transtorno do Espectro do Autismo, não especificado.

Essa nova atualização terá a finalidade do diagnóstico ser mais assertivo, facilitando o acesso aos tratamentos necessários.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

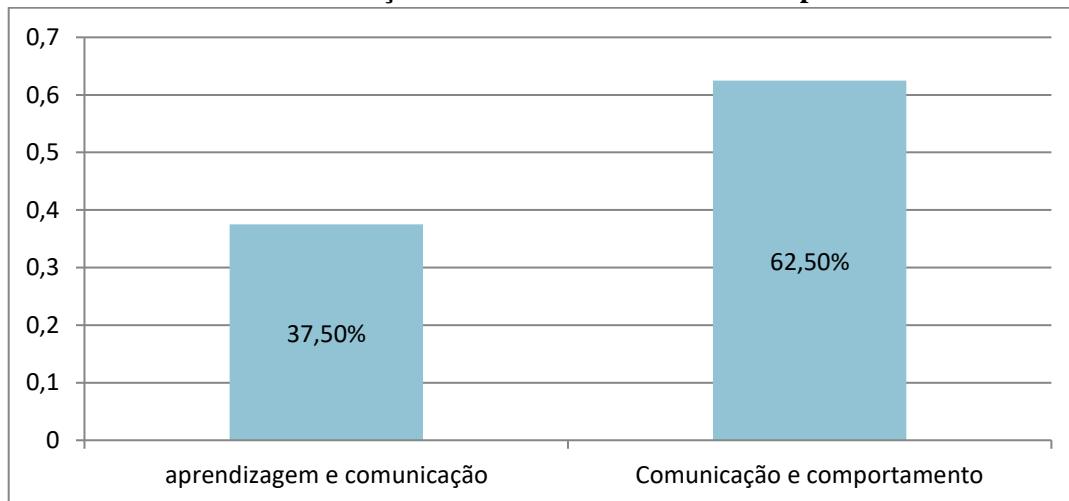
A pesquisa foi realizada em vários bairros da cidade de Teresina-PI, com oito professores diferentes de escolas públicas e privadas e a coleta de dados se deu com formulários digitais por via *Whatsapp*, devido à pandemia do Covid-19.

Foi feita apenas com professores que contribuíram para identificar a realidade das escolas sobre como é tratado o autismo nas salas de aula, como se dá a formação dos professores quanto ao ensino para a educação inclusiva, qual a participação do aluno nas atividades extracurriculares, as dificuldades encontradas pelos professores nas aulas com alunos autistas, como se dá a comunicação entre escola e professor frente a essa realidade, dentre outras questões abordadas nos questionários.

3.1 Entrevista com os sujeitos

A maioria dos oito professores que participaram da pesquisa são graduados em licenciatura plena em geografia, uns já concursados, outros tiveram experiência em estágios, outros são especialistas em educação inclusiva, e outra é graduada em pedagogia e professora de escola privada, mas que tem experiência com alunos autistas do ensino fundamental.

Gráfico 01 - Definição do autismo de acordo com os professores



Fonte: FERREIRA, 2021.

O autismo é um transtorno que afeta as interações de desenvolvimento da criança como a fala, a personalidade podendo variar em leve, moderado e grave, por esse motivo é preciso atenção, estudo e observação do professor quanto à definição para que a aula fosse inclusiva para todos os alunos, e foi questionado sobre o que era o autismo. E de acordo com as respostas

seria a dificuldade na aprendizagem e na comunicação e a dificuldade na comunicação e no comportamento como mostra o gráfico 01.

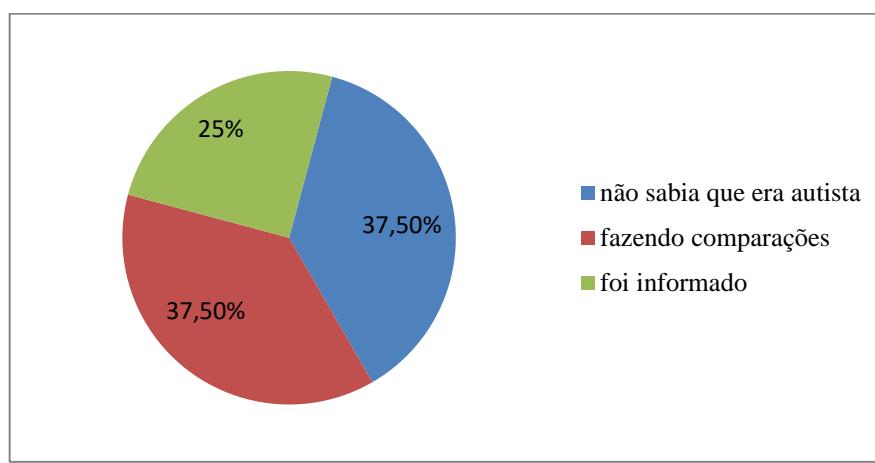
Quadro 01- Sobre a comunicação entre a escola e o professor a respeito do diagnóstico do aluno com TEA.

Comunicação entre escola e professor	
Sim, teve comunicação	7 professores (87,5%)
Não teve comunicação	1 professor (12,5%)

Fonte: FERREIRA, 2021

Quando o professor é chamado para exercer seu papel é importante que ele planeje o que será discutido em sala de aula e nesses casos de inclusão esse planejamento deve ser estudado para que tenha uma aula produtiva para ambos os alunos e para que aconteça todo esse processo é preciso ter a relação entre a escola e os professores, principalmente quando é um ponto que envolve a sala de aula, realização de projetos, adaptações de avaliações, aulas dentre outras atividades que o professor precisa identificar o aluno que tem dificuldades. Neste sentido foi questionado se a comunicação entre a escola e o professor frente a matrícula do aluno com autismo e o resultado foi como mostra o quadro 01.

Gráfico 2- conhecimento sobre o laudo da criança com autismo



Fonte: FERREIRA, 2021.

Às vezes é necessário que a observação em sala de aula seja mais apurada sobre os alunos com autismo, pois a escola muitas vezes não especifica quem é o aluno autista. O autismo tem seus graus, leve, moderado e o grave podendo fazer com que o aluno autista passe despercebido, pois a interação é a principal característica do aluno autista e quando é leve pode

ser confundido com problema de personalidade e muitos professores usam a comparação para que a aula tenha um bom aproveitamento tanto para os alunos que precisam de adaptações como para os que estão em desenvolvimento normal. Quando questionado o resultado foi como mostra o gráfico 02.

Quadro 02 - Sobre as participação dos pais na educação dos filhos com autismo

Respostas dos sujeitos pesquisados	
Sim, tem participação dos pais	4 professores (50%)
Não tem participação dos pais	1 professor (12,5%)
Eventualmente	3 professores (37,5%)

Fonte: FERREIRA, 2021.

Quando os pais descobrem que seus filhos são autistas começam a trabalhar em diversas áreas como a fonoaudiologia para intensificar a fala, psicólogos que trabalham com terapias comportamentais que com o tempo de que cada criança vai aceitando desenvolver certa habilidade essa fase vai intensificando até ele fazer sozinho e é imprescindível a participação dos responsáveis durante o tratamento. As mudanças que ocorrem com os alunos com autismo vêm desde a família que precisa ter uma atenção maior e quando perguntado sobre a participação dos pais os professores tiveram as seguintes respostas Quadro 2.

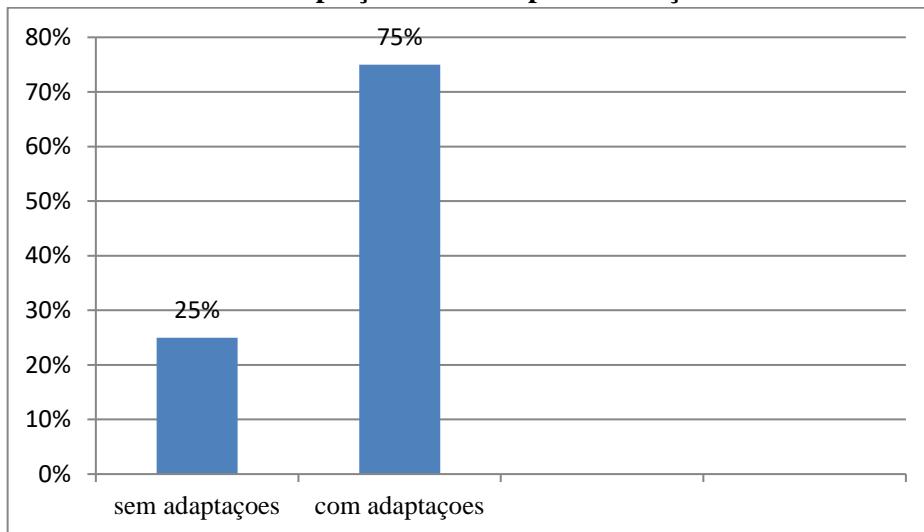
Quadro 03. Quanto as metodologias adaptativas para alunos autistas segundo os professores

Respostas dos sujeitos pesquisados	
Usando metodologias normais “sem alterações”.	1 professor (12,5%)
Uso de imagens, desenhos, jogos e mapas.	7 professores (87,5%)

Fonte: FERREIRA, 2021.

A geografia tem uma vasta extensão de práticas de ensino sejam elas para educação inclusiva ou não, a geografia consiste em ser uma área multidisciplinar e que carrega com ela criatividade, interação e materiais que contribuem para uma aula comunicativa e proveitosa tanto para o professor como para o aluno. Quando foi questionado sobre como as atividades são pensadas para envolver todos os alunos, foi obtido as seguintes respostas Quadro 3.

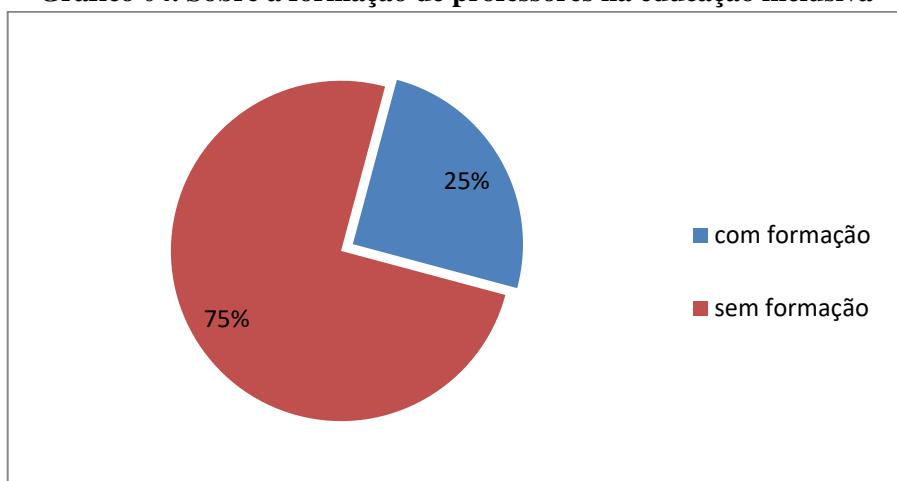
Gráfico 05. Adaptação das aulas para educação inclusiva



Fonte: FERREIRA, 2021.

Quando o aluno com autismo está presente na sala de aula é preciso adaptar as aulas que infelizmente alguns professores não estão preparados, estando só no papel o direito à inclusão na sala de aula, como já foi visto alguns professores nem sabiam que tinha alunos com autismo, foram descobrindo a partir de observações com outros professores. Por esse motivo foi questionado se as aulas tinham adaptações para os alunos autistas e o resultado reflete no Gráfico 05.

Gráfico 04. Sobre a formação de professores na educação inclusiva

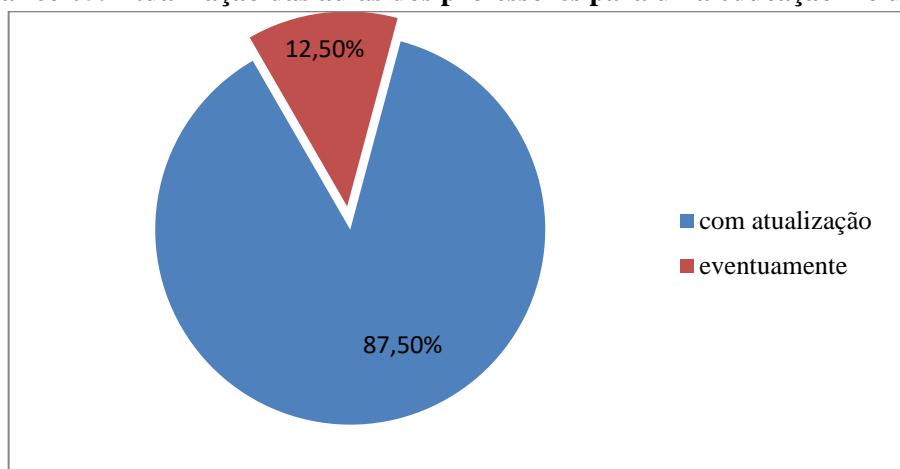


Fonte: FERREIRA, 2021.

A formação dos professores é um assunto que não pode faltar dentro da educação inclusiva, pois toda e qualquer escola os professores passam por treinamentos de didáticas de aulas, de como atrair os alunos para a aula, e sendo uma escola privada ou escola pública elas precisam desse apoio para o melhor aproveitamento da aula pelo aluno com autismo. Por isso

foi questionado se tem formações de professores acerca da educação inclusiva e o resultado reflete no gráfico 04.

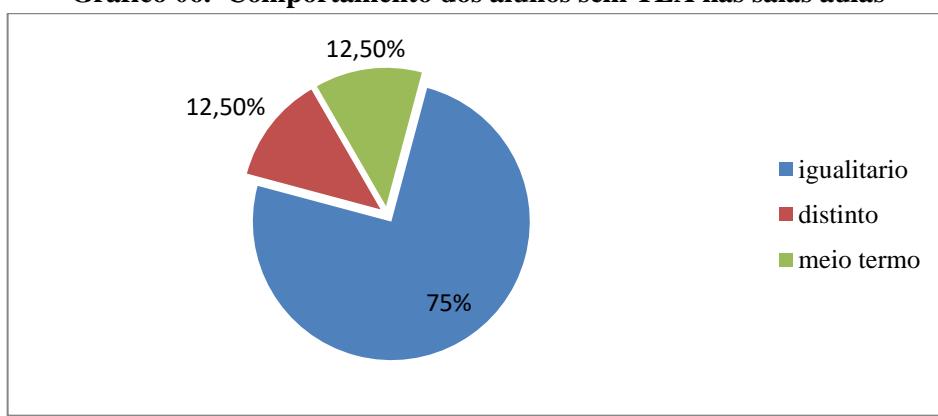
Gráfico 05. Atualização das aulas dos professores para uma educação inclusiva



FONTE: FERREIRA, 2021.

As aulas precisam ser atualizadas acerca da inclusão, especialmente para alunos com autismo tendo que as aulas serem adaptadas as de geografia podem aplicar vídeos, jogos, maquetes pela sua diversidade de contextualização e de criatividade, sem aquele típico papel e caneta se as aulas são adaptadas precisa finalizar com a avaliação adaptativa também, nesse caso foram questionados sobre a atualização alguns disseram que tem atualizações e outros que só eventualmente como no Gráfico 05.

Gráfico 06. Comportamento dos alunos sem TEA nas salas aulas

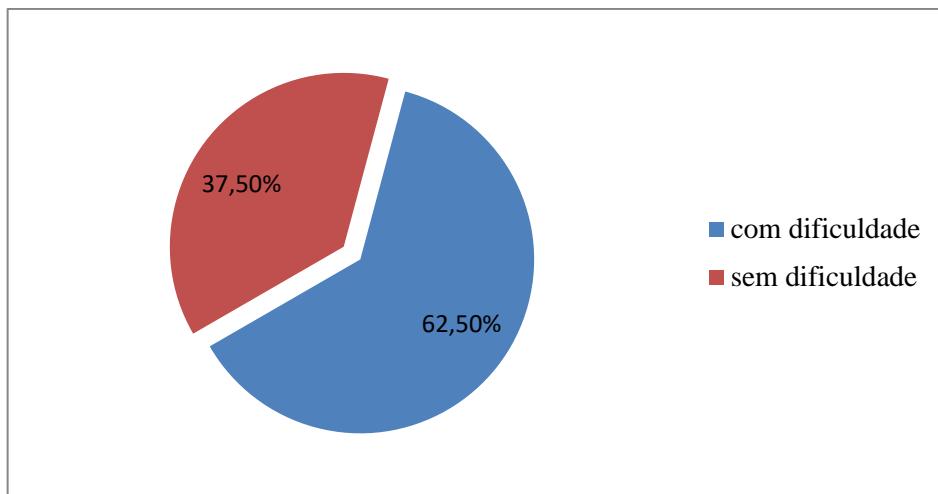


Fonte: FERREIRA, 2021.

Quando existe inclusão e adaptação os outros alunos podem se comportar de maneira diferente, pode causar uma rejeição a uma atividade adaptada, podendo até prejudicar ambas as partes, por isso a inclusão na sala de aula é um assunto delicado e nem tanto comentado, por

esse motivo foi questionado sobre a diferença de comportamento e os resultados, estão no Gráfico 06

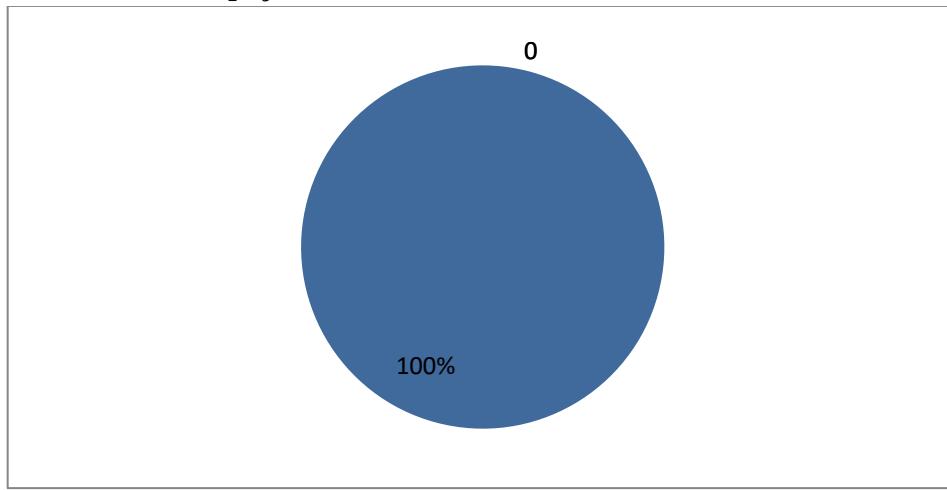
Gráfico 07. Dificuldade dos professores nas aulas



Fonte: FERREIRA, 2021

Desse modo é notória que alguns professores tenham dificuldades ao lecionar para alunos da educação especial, por falta de criatividade, atualizações, formações que contribuem para o desenvolvimento do professor em adaptações da sala de aula, resistência à rotina, sem novas metodologias e ao ver o aluno não interagir, pode causar desânimo desse modo foi questionado sobre a dificuldade desses professores e o resultado está expresso no gráfico 7.

Gráfico 8. Participação dos alunos autistas nas atividades extracurriculares

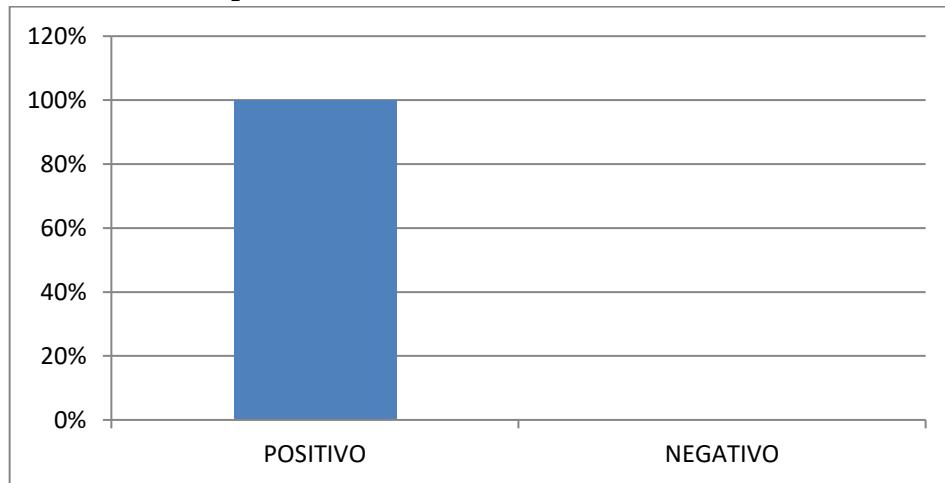


Fonte: FERREIRA. 2021.

A disciplina de geografia é vasta em gincanas, podendo ser de jogos geográficos, gincanas culturais, perguntas e respostas, sobre relevos e tantas outras ideias. E a inclusão será que esta inclusa nesses momentos? Essa curiosidade se deu porque muitas vezes por ser

atividades diferentes os alunos com TEA podem ser esquecidos pelos professores então foi questionado no formulário sobre isso, se tem a participação do aluno autista nessas atividades complementares, Gráfico 8.

Gráfico 9. Comportamento dos alunos nas atividades extracurriculares



Fonte: FERREIRA, 2021.

Sobre o comportamento em relação às gincanas como sempre tem a competição, euforia dos alunos e dentre outras características da própria gincana foi questionado sobre o comportamento positivo ou negativo entre os alunos com TEA e os demais, e o resultado é mostrado no Gráfico 9.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como finalidade mostrar a realidade da educação inclusiva para os alunos com autismo, com a contribuição de professores das escolas públicas e privadas da cidade de Teresina-Pi.

Todos os alunos com autismo são diferentes e precisam de uma atenção mais apurada dos professores ao encarar uma sala de aula com alunos autistas. É possível verificar que há necessidades de uma compreensão maior acerca do transtorno e, neste sentido, os professores assim como as escolas devem estar atento às estratégias que precisam desenvolver, a fim de promover a inclusão dos alunos. O receio quanto à prática inclusiva, é comum entre os docentes, apresentando um sentimento de aflição, com as afirmações de que não há preparo suficiente, tornam-se uma armadura contra a possibilidade de inovações em suas práticas de ensino.

Para o ensino em uma educação inclusiva é necessário ter uma atenção maior e colocar desafios trabalhar com solos, jogos que trabalham o assunto abordado como, por exemplo, quebra cabeça, jogos da memória, que possam trabalhar com a biodiversidade pode ser uma boa maneira para dar aulas com mais aproveitamento para a inclusão.

O despreparo dos professores é uma ameaça para a inclusão, por isso é urgente uma atenção para eles, para que a aula seja bem mais proveitosa. É importante também o compromisso sobre a participação dos pais, pois é uma mistura de cuidados já que o autismo limita a área da comunicação e da aprendizagem tendo que contar com o acompanhamento de psicólogos comportamentais, fonoaudiólogos, que auxiliam no processo de desenvolvimento da criança para o melhor acompanhamento dentro de casa e da sala de aula.

Por fim, é necessário que as prefeituras e as direções de escolas públicas se dediquem a promover formações, palestras com especialistas de como ministrar aulas mais inclusivas de forma que tenha aproveitamento por toda a sala de aula. Também é necessário que os próprios professores procurem se atualizar para adaptar suas aulas de acordo com a nova realidade da geografia.

REFERÊNCIAS

_____. Ministério da educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília; AMES, ABRA, 2022.

_____. Ministério da educação. Plano nacional de educação- Brasil-2008

_____. Ministério da educação. Inciso V do artigo 8º da resolução CNE/CEB nº 2/2001 (BRASIL, 2001, p. 72 o decreto nº 6.571):

Almeida, De Sampaio, **ensino da geografia, sob a inclusão social no inicio do sec XXI**, 2009, grifos do autor.

BRASIL. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: geografia**. Secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BELISARIO FILHO, J.E; CUNHA, P. **Transtornos Globais do Desenvolvimento**. Brasilia: MEC/SEESP, 2010).

BIBIANO, Bianca. **Inclusão**. Revista nova escola. Rio de janeiro, n.224, p.48-55, abr.2011.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: atuais, interpretações para antigas observações. In: Baptista, Claudio; BOSA, Cleonice (org). Autismo e educação: atuais desafios. Porto Alegre: Artmed, 2002. P.22-39.

CAMARGO JR, WALTER. **Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3^a milênio**, Brasilia; AMES, ABRA, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Ciência geográfica e ensino de geografia**. In: **Geografia, escolar e construção do conhecimento**. Campinas, SP: Papirus, 1998. P.15-25.

CAVACO, N. **Minha criança é diferente? Diagnóstico, prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

CUNHA. E. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar- ideias e práticas pedagógicas**. 2^a Ed. RJ: wak editora, 2013.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre os princípios políticos na área das necessidades educativas especiais. Espanha, 10 de junho de 1994.

DUARTE, Cintia Peres; Silva, Luciano Coltri e; VELLOSO, Renata de Lima. **Estratégias de analise comportamental aplicada para pessoas com transtorno do espectro autista**. São Paulo: menrron edições científicas.

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Lei Berenice Piana. Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista**. Brasilia DF,2012.

Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), nº 9394/96 no capítulo V da educação especial.

Lei brasileira de inclusão (LBI)- lei 13.146/ 2015 (Brasil, 2015)

LIBÂNEO, Jose Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia critico social dos conteúdos. Coleção educar 26 ed. Edições Loyola, 2006.

LIBANEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10^a Ed. rev e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LIRA, Solange Maria. Escolarização de alunos autistas: histórias de sala de aula. 2004. Dissertação (mestrado em educação) – centro de educação e humanidades. Faculdade de educação, universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

Marinho, Eliane. A.R; Merckle, Vânia L.B. **Um olhar sobre o autismo e sua especificação.** In: IX Congresso de Educação- EDUCERE; III encontro sul brasileiro de psicopedagogia-PUCRR out. 2009. P.6084-6096.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo. Moderna, (coleção cotidiano escolar) 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha. Educação (PUC/RS), Porto Alegre/RS, v.XXIX, n. 1(58), p. 55-64,2006.

Mello, Ana Maria S. Ros de **Autismo: guia prático.** Colaboração: Maria Alice de Castro Vatavuk. 7ed. São Paulo: AMA; Brasilia: Corde; 2007.

Mello, Ana Maria, S. Ros de. **Autismo: guia pratico.** 3^a Ed. São Paulo: AMA, 2004.

MEC/ SEESP Política Nacional de Educação especial na perspectiva da educação inclusiva- documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela portaria nº 948, de 9 de outubro de 2007.

MORAES, Antonio C.R. Geografia: pequena historia crítica. São Paulo, Hucitec, 1995.

Organização Mundial de Saúde (OMS), janeiro de 2022,

Parâmetros curriculares nacionais: **introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** BRASILIA: MEC Secretaria de educação fundamental, 1997.

PARANÁ. Diretrizes curriculares da educação básica-Geografia. Secretaria do estado da educação do Paraná. 2008.

PIAGET, Jean. Psicologia e pedagogia. Rio de Janeiro. Forense, 1976.

SANTOS. S, Marlí P. O lúdico na formação do educador. Petropolis-RJ: Vozes, 1997.

SASSAKI, R, K. Inclusão, o paradigma da próxima década. Mensagem, Brasilia, v.34, n.83, p.29,1998.

SOUZA, I.L.G. **A formação do professor numa perspectiva lúdico inclusiva: Uma realidade possível?** DISSERTAÇÃO (mestrado em educação) – Universidade Estadual de São Paulo- UNESP- presidente prudente- SP- 2007.

SCHWARTZMAN, J. S; ARAUJO, C. A de. **Transtorno do espectro do autismo.** São Paulo: memnon, 2011.

TAMANAHA, Ana Carina; Perissinato; Jacy BRASILIA, Maria Chiari. **Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do autismo infantil e da síndrome de asperger.** Revista. Soc. Brás. Fonoaudiol. São Paulo, v.13, n.3, 2008

ZANNATTA, Beatriz Aparecida. **As referencias teóricas da geografia escolar e sua presença na investigação sobre as práticas de ensino.** Educativa, Goiânia, v.13 n.2 p.285-305, 2010.

APENDICE I

QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES

- 1) Qual a escolaridade do professor entrevistado?
- 2) O que é autismo?
- 3) No inicio do período letivo a escola comunica do diagnostico do aluno para os professores?
- 4) Como você percebeu que seu(s) alunos (s) autista(s)?
- 5) Qual a metodologia\ que se usa para trabalhar o conteúdo da geografia com o seu(s) aluno(s) autista(s)?
- 6) Você tem dificuldade de ensinar geografia para seus alunos autistas? Caso a resposta seja afirmativa, justifique-se.
- 7) Como os demais alunos se comportam em relação ao aluno autista?
- 8) Você se aprofunda com as atualizações da geografia escolar frente a vivencia da inclusão dos alunos autistas?
- 9) Sabemos que a necessidade de novas habilidades é importante para a boa aprendizagem do aluno autista é preciso colocar em prática adaptações, como atividades práticas que a geografia escolar propõe como dinâmica, projetos, aulas de campo e etc. A escola propõe essas atividades? E o aluno autista esta inserido nessas atividades?
- 10) É feito alguma atividade extracurricular da geografia como gincanas geográficas, projetos, aulas de campo? Se a resposta for afirmativa como se dá o comportamento do aluno autista?
- 11) Esse aluno tem algum apoio escolar fora do horário das aulas normais? Se tiver, houve alguma diferença?
- 12) Como se dá a comunicação dos pais em relação ao desenvolvimento dos filhos?
- 13) Como acontece a avaliação do aluno autista em relação a matéria de geografia?

APENDICE II -**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1- Definição de autismo;

Gráfico 2- Observação do aluno autista;

Gráfico 3- Adaptações da aula;

Gráfico 4- Formação dos professores na educação inclusiva;

Gráfico 5- Atualização dos professores sobre a educação inclusiva;

Gráfico 6- Comportamento dos alunos em sala de aula;

Gráfico 7- Dificuldade dos professores

APENDICE III
LISTA DE QUADROS

- Quadro 1- Comunicação entre escola e professor;
Quadro 2- Participação dos pais;
Quadro 3- Metodologias adaptativas;
Quadro 4- Comportamento dos alunos nas gincanas.